

As propostas da CVM para converter dívida em capital de risco

Amanhã, o presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Luís Octávio da Motta Veiga, entregará ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, estudo contendo propostas sobre a conversão da dívida externa, alterações do PAIT (Plano de Poupança e Investimento do Trabalhador) e enquadramento das fundações de previdência privada nas normas do Banco Central. A informação foi dada ontem, em almoço promovido pela Adeval (Associação das Empresas Distribuidoras de Valores).

No que diz respeito à conversão da dívida, as propostas são três: conversão direta através da participação dos bancos em empresas nacionais; formação de fundos de ações, com remessas autorizadas a partir de 90 dias; e criação de **holdings** para participação, minoritária ou não, em empresas que precisem de recursos para executar determinados projetos. Nas três hipóteses o resgate do principal só poderá ocorrer em 12 anos ou no prazo da dívida convertida.

A CVM também propõe que as aplica-

ções do PAIT sejam liberadas, suspendendo-se a obrigatoriedade de aplicação de 35% dos recursos em títulos públicos e de tributação no momento do resgate.

No caso das fundações que até agora não se enquadraram nas normas do BC, a sugestão é que a parcela a ser aplicada no FND seja paga com títulos públicos que as fundações já possuem em carteira.

Motta Veiga declarou-se confiante quanto às possibilidades de captação de dinheiro novo através do mercado de capitais e lembrou, como exemplo, que já existem quatro carteiras de ações (duas brasileiras e duas estrangeiras) esperando apenas aprovação para aplicarem no Brasil cerca de US\$ 50 milhões.

Durante o almoço, o presidente da Adeval e da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Ney Castro Alves, apresentou sua proposta para que além da conversão da dívida em capital e das mudanças no PAIT, as autoridades também regulem a aplicação de reservas técnicas das empresas de capitaliza-

ção, com a aplicação de parte dos recursos no mercado acionário, como forma de se incentivar as decisões de investimento.

O presidente da CVM preferiu não fazer muitos comentários sobre a situação da Corretora Banespa mas, como até o momento o Banco do Estado é o maior prejudicado, pois recursos de seu caixa foram utilizados para a compra de papéis supervalorizados (Perdigão Agropecuária OP) —, disse que a CVM só irá intervir se ficar comprovado que outros investidores também foram lesados com a operação.

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, também presente no almoço, confirmou um empréstimo de Cz\$ 30 milhões concedido pela Bolsa, na semana passada, à Corretora Ancora, para a cobertura de operações realizadas na própria Bovespa, "não apenas no mercado à vista". O empréstimo terá de ser devolvido até 6 de junho, acrescido da variação da LBC. A corretora, garantiu Eduardo Azevedo, deu garantias de Cz\$ 60 milhões.